

# A CONTRIBUIÇÃO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vanessa Ortiz da Rocha Araujo<sup>1</sup>  
Ângela Maria Garcia dos Santos Silva<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A família é a primeira rede em que são desenvolvidas as relações de vínculo e as sociais que o sujeito pode estabelecer desde o nascimento. A Constituição Federal (1988) revela a família como a estrutura basilar da sociedade e sua competência é garantir à criança e ao adolescente o pleno exercício de sua cidadania. Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reforça o papel desta instituição em assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento saudável deste público. Segundo Bowlby (2004), são os vínculos precoces que determinam a capacidade de desenvolver laços afetivos saudáveis ou não, o que pode determinar como se dará a constituição subjetiva do sujeito.

Nesse contexto familiar, as crianças vivenciam emoções, podem aprender a respeito da empatia e também sobre a tomada de decisões. De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (2013), é justamente essa experiência que auxilia no desenvolvimento da autonomia das crianças. No entanto, quando o grupo familiar se encontra desorganizado, empobrecido e sem capacidade para prover as condições mínimas favoráveis a um desenvolvimento saudável, as crianças e os adolescentes podem ser acolhidos em locais especializados como medida protetiva. Esses lugares devem propiciar, mesmo que de forma temporária, o amparo para seu desenvolvimento sadio. Trata-se de uma intervenção que deve ser aplicada somente após se esgotarem as alternativas de reestruturação familiar, fortalecimento de vínculos e acolhimento familiar, como garante o ECA (1990).

Pelo exposto, o questionamento propulsor do presente trabalho busca entender de que forma as instituições de acolhimento podem contribuir para a constituição psíquica de crianças e adolescentes. O problema referido e investigado neste estudo, tem base na vivência da autora deste artigo transcorrida durante o estágio curricular do curso de Psicologia, no

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso Bacharelado em Psicologia, na Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios. E-mail: rocha.vanessaortiz@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora nos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios. Orientadora metodológica deste artigo. Doutora em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail: angela.silva@ibgen.edu.br

período de agosto de 2017 a julho de 2018. Através do contato com uma instituição de acolhimento da capital gaúcha, foi possível observar alguns fatores que interferem diretamente no labor relacionado às crianças e aos adolescentes que vivem em casas-lares. Na ocasião, observou-se que falta aos educadores responsáveis pelo cuidado dos menores subsídios emocionais e materiais para exercer o cuidado continente necessário a essa população. O ambiente estressante, a falta de recursos humanos, a impossibilidade de elaborar as próprias questões emocionais e a sobrecarga de trabalho terminam por comprometer o papel do cuidador, que deveria oportunizar a convivência social e o estabelecimento de vínculos.

A partir do contato com essa realidade, foi possível perceber o quanto essas crianças são privadas dos benefícios de se ter uma referência de apoio afetivo. O questionamento sobre a influência do acolhimento e a privação afetiva na constituição psíquica fizeram com que esta pesquisadora buscasse entender mais a situação, aprofundando os estudos através da literatura existente.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho visa entender como as instituições de acolhimento (AI) podem contribuir para a constituição psíquica de crianças e adolescentes privados do vínculo familiar. Para alcançar essa meta, foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: (a) contextualizar o acolhimento institucional no Brasil; (b) descrever as situações que resultam no acolhimento institucional, segundo as diretrizes legais do país; (c) explicar as influências do vínculo e as consequências da privação afetiva na constituição psíquica do sujeito; (d) compreender os apontamentos da literatura sobre a importância e o papel de educadores, enquanto referência para a constituição psíquica de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; (e) e descrever os desafios que as instituições de acolhimento enfrentam para atender os acolhidos.

Para que fosse possível cumprir-se com a proposta estabelecida, foi necessário realizar um estudo teórico, por meio de uma pesquisa exploratória, que permite, de acordo com Andrade (2010), obter maiores dados e familiarização acerca do tema escolhido. Quanto aos procedimentos e às técnicas de coleta de dados, a pesquisa exploratória pode ser realizada por meio de pesquisa bibliográfica através de material já publicado, como livros e artigos, por exemplo, que foram fundamentais para responder ao problema de pesquisa. O *corpus* de análise deste estudo, constitui-se, portanto, de obras clássicas da literatura e de artigos científicos publicados em bases de dados, como PePsic e BVS-Psi.

Os artigos foram selecionados segundo alguns critérios de inclusão e de exclusão. Os critérios para inclusão dos estudos deveriam atender diretamente aos objetivos do presente

artigo, apresentando as consequências do acolhimento institucional na constituição psíquica de crianças e adolescentes, as causas que levam os menores ao acolhimento, o papel e a importância dos cuidadores para a constituição psíquica dos sujeitos e as dificuldades que as instituições de AI enfrentam para atender de forma adequada os menores. Como último critério de inclusão, foram selecionadas as pesquisas publicadas nas bases de dados referidas no período de 2004 a 2018. Os artigos que não se encaixavam nos critérios estabelecidos, foram naturalmente excluídos. Sendo assim, nessa fase de avaliação inicial, de um total 21 artigos, foram excluídos 12, restando nove que foram escolhidos para o desenvolvimento do presente artigo. Também foram incluídas as obras de autores clássicos da Psicologia entre o material pesquisado, como Winnicott, Melanie Klein, entre outros, por abordarem de forma diferente e, muitas vezes, complementar os temas constituição psíquica e relação com o vínculo afetivo.

No que diz respeito às técnicas de análise e interpretação de dados, optou-se pela análise de conteúdo, pois, segundo Markoni e Lakatos (2010), a análise de conteúdo é uma técnica que viabiliza a descrição do conteúdo da informação, de forma sistemática e objetiva, como recurso para interpretação do grande volume de material disponível através dos meios de comunicação. Esta técnica perpassa três fases distintas, sendo a primeira denominada pré-análise, que ocorre até mesmo antes de serem selecionados os documentos a serem analisados. Esta etapa abrange desde a formulação dos objetivos, do problema e das hipóteses até a seleção do material que constituirá o *corpus* de análise do estudo. A segunda fase traduz-se na exploração do material selecionado, como foi descrito no parágrafo anterior, e a terceira e última fase trata da interpretação dos dados coletados e da conclusão, como orienta Gil (2002).

Por fim, para que a proposta deste estudo fosse atendida, além desta introdução e da conclusão, o artigo foi dividido em cinco capítulos. O primeiro define e contextualiza o acolhimento institucional no Brasil, de acordo com a literatura. O segundo apresenta a influência do vínculo e as consequências do impacto do acolhimento na constituição psíquica dos sujeitos. O terceiro trata dos motivos que acarretam no acolhimento institucional, como o abandono, a impossibilidade de a família de origem prover subsídios para o desenvolvimento saudável dos menores, entre outros. O quarto capítulo aborda a importância e o papel dos educadores para a constituição psíquica de crianças e adolescentes em acolhimento. E, por fim, o quinto e último capítulo aponta alguns desafios enfrentados pelas equipes que atuam

nas instituições que acolhem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho, a falta de treinamento<sup>3</sup> dos funcionários, entre outros.

## **1 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL**

A história da institucionalização de crianças e adolescentes se faz presente, no Brasil, desde o século XVII. Nesse período, juntamente com o aumento populacional, destacou-se a majoração da miséria e o crescimento do número de adúlteras, que resultou no aumento do abandono das crianças. O destino dos pequenos era quase sempre a morte, seja por falta de alimento, ou por serem devorados por animais, uma vez que eram abandonados nas ruas. Na época, os religiosos procuravam acolher algumas crianças rejeitadas pela sociedade, período em que surgiram as históricas Rodas dos Expostos ou Casas dos Expostos, cuja característica principal era de receber crianças em anonimato. Nesses locais, eram abandonadas crianças provindas de situações condenadas pela sociedade, ou que se encontravam em extrema pobreza. As primeiras casas foram criadas primeiramente em Salvador, no ano de 1726. Depois, surgiram no Rio de Janeiro, em 1738, e, por fim, em Recife, no ano de 1789 (ASSIS; FARIAS, 2013).

No Século XIX, a Roda dos Expostos, que possuía cunho religioso e mantenedor da moral das famílias brasileiras, começou a ser questionada sobre a sistemática de cuidado devido ao alto índice de mortalidade infantil dentro das instituições. Nesse período, como a filantropia passou a ganhar força, o pensamento se voltou para as crianças e adolescentes que acabaram se tornando alvo de discussões sobre o cuidado que recebiam. Enfim, o intuito era o de se obter melhorias na qualidade da assistência aos necessitados (ASSIS; FARIAS, 2013).

Em 1923, foi estabelecido o Juizado Privativo de Menores da Capital Federal que, à época, era a cidade do Rio de Janeiro. Mas somente em 12 de outubro de 1927 foi decretado o Código de Mello Mattos, que marcou a intervenção do estado no cuidado com crianças e adolescentes abandonados, infratores ou em situação de miséria. O Código de Menores, como também ficou conhecido, tinha como fundamento subjacente garantir a ordem social. Assim, iniciou-se a intervenção estatal nesta área, afirma Azevedo (2007).

Durante o período da ditadura militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que era representada nos estados do país pelas unidades da Febem. O principal objetivo desta instituição era a proteção e a assistência à infância necessitada.

---

<sup>3</sup> Chiavenato (2016) explica que treinamento é um tipo de educação que tem por objetivo preparar adequadamente o colaborador para o exercício de determinada função de maneira adequada.

Porém, com a implementação da Lei de Segurança Nacional, o acolhimento se dava sem critérios, com violência e repressão. O intuito era manter as crianças e adolescentes abandonados, infratores ou indesejados longe da sociedade. A perspectiva dessa instituição era repressiva e de correção comportamental dos acolhidos, os quais eram recolhidos ao abrigo como forma de proteção à comunidade. O cuidado era para com a sociedade, que deveria permanecer sem a presença de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sem a real preocupação de garantir as condições para o seu desenvolvimento saudável. Nesses locais, era aplicado o modelo de enclausuramento. Abrigava tanto as crianças e adolescentes que eram abandonados, como aqueles que eram julgados pela justiça e considerados delinquentes (AZEVEDO, 2007).

O caminho percorrido até o momento em que se iniciaram os estudos a respeito do prejuízo que o abandono e a negligência causam no desenvolvimento infanto-juvenil foi longo e vagaroso. Alguns profissionais, como os psicólogos, lutaram juntamente com os assistentes sociais para derrubar aquilo que chamavam de verdadeiros depósitos de crianças, denunciando as perversidades e a ineficiência dessas políticas. Com isso, o olhar para a situação das crianças e adolescentes foi se transformando e o modelo de internação existente naquele período começou a dar lugar para o cuidado humanizado (ASSIS; FARIAS, 2013).

Em 13 de julho 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regido pela Lei nº 8.069, que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. A partir desse momento, o governo e a sociedade reconciliaram-se legalmente com a infância e passaram a ter a obrigação de garantir que as necessidades biopsicossociais das crianças e adolescentes fossem asseguradas, como dispõe a referida lei, independente da classe social a que pertenciam (BRASIL, 1990). Com a constituição do ECA, a Funabem foi extinta dando lugar à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), cujas premissas eram articular ações de garantia da execução do ECA com outras esferas do governo (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2004).

Em 1995, com a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foram encerradas as atividades competentes à FCBIA. A Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania, pertencente ao Ministério da Justiça, e a Secretaria de Assistência Social, atuante no Ministério da Previdência e Assistência Social, assumiram os encargos antes exercidos por esta fundação (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2004).

Atualmente, conforme consta no site do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o acolhimento institucional, anteriormente denominado abrigo, é uma medida de proteção social especial de alta complexidade que deve garantir o atendimento das necessidades

biopsicossociais desse público (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017). A mudança da nomenclatura “abrigo” para “acolhimento institucional” deu-se com o advento da Lei 12.010, de 2009, chamada Lei Nacional de Adoção, que possibilitou mudanças no processo de adoção visando à garantia do direito à convivência familiar (BRASIL, 2009).

Vale ressaltar que enquanto a Justiça concentra suas intervenções nas relações familiares, com foco nas questões alimentícias e de saúde biológica, a Psicologia, que integra cada vez mais as redes de proteção a crianças e aos adolescentes, tem ampliado essas questões, com o intuito de dar visibilidade à importância da dimensão afetiva dessas relações (MOREIRA, 2014).

O relatório emitido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2013) indica algumas modalidades de AI. Para os casos em que precisam ser retirados do convívio da família, existem algumas opções para realização desse encaminhamento, tais como: Abrigo para Pequenos Grupos; Casa-Lar (acolhimento familiar) e Casa de Passagem. A proposta deste relatório é que os acolhidos sejam encaminhados ao AI quando a família não consegue dar o suporte necessário para seu desenvolvimento provisória ou definitivamente, e lá permaneçam de seis meses a dois anos. Esse tempo determinado pelo ECA deve ser necessário para que a família se reorganize ou para que o infante em questão seja inserido em uma família substituta.

Os responsáveis pelas reavaliações periódicas dos casos em situação de AI são os juízes das varas da infância e da juventude, que devem estudar cada um deles a cada seis meses. O objetivo é sempre manter as crianças e adolescentes na família de origem, salvaguardadas situações específicas no ECA (1990), tais como: abandono do menor pela família, impossibilidade de manter o acolhido sob os cuidados da família consanguínea, entre outras. “O direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária foi incluído na Constituição Federal como dever da família e do Estado. Essa estatura constitucional ensejou a edição e a ampla reformulação das políticas de atendimento” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p. 11).

Entretanto, conforme a pesquisa descrita no relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), o percentual de crianças e adolescentes que permanecem em AI por seis meses é de menos de 20%. Quanto aos que permanecem de seis meses a dois anos nesses locais, o índice aumenta para 50%. Os restantes (35%) correspondem aos que permanecem em AI por mais de dois anos. Com base nessas informações, entende-se que o tempo de permanência está longe do ideal, pois, de acordo com o relatório, esses percentuais ultrapassam 100%.

Ainda conforme o relatório referido, o Abrigo para pequenos grupos deve representar uma residência. Para isso, é necessário que esteja localizado na comunidade onde residiam as crianças e adolescentes e deve, ainda, propiciar uma convivência acolhedora. Os profissionais que atendem essa demanda precisam estar preparados para garantir um cuidado constante e seguro até que sejam avaliadas as situações de maneira independente, para que sejam tomadas as providências adequadas a cada caso. Esses locais tem o intuito de atender pequenos grupos que podem ser de até 20 crianças e/ou adolescentes, para que lhes sejam prestados serviços mais personalizados, diferentemente do que eram os abrigos em massa (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Conforme estabelece o ECA (1990), as casas-lares são unidades residenciais que devem reproduzir o ambiente familiar, sendo regidas por uma pessoa ou por um casal que more nesse local (pais sociais). A proposta dessas instituições é atender até dez crianças que precisam ser estimuladas ao convívio na comunidade. Além disso, é necessário que as casas-lares promovam a familiarização com as rotinas de um lar e viabilizem a reinserção dos acolhidos em sua família de origem. Caso não seja possível devolver o acolhido ao convívio familiar, deve ser destinado a uma família substituta (ECA, 1990).

Durante a realização do relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), foi possível apurar que em 75% das instituições de acolhimento existem crianças e adolescentes que ficam sem receber visitas dos pais por mais de dois meses. Essa situação é considerada muito grave, uma vez que quanto menor o contato, mais frágil se tornam os vínculos que unem a família. Por consequência, há um aumento da probabilidade desses acolhidos não retornarem às famílias de origem (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Por fim, o Conselho Nacional do Ministério Público (2013) descreve as Casas de Passagem como instituições de curta permanência, onde a estadia dura apenas o tempo necessário para a análise da situação individual de cada criança e/ou adolescente. O objetivo desses locais é a reintegração do menor na família ou o seu encaminhamento para o serviço de acolhimento institucional (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Um dos estudos mais recentes sobre o número de crianças nessa situação foi publicado pelo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, em 2013 (ASSIS; FARIAS, 2013). Neste estudo, foi apurado que nas 1.157 cidades do país que participaram da pesquisa, existem 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional (SAI). Estima-se que mais de 36 mil crianças e adolescentes estejam em AI no Brasil. A região sul foi onde identificou-se o maior número de SAI. Através desses dados,

verifica-se a necessidade de um olhar mais atento das autoridades e da sociedade para com esse público (ASSIS; FARIAS, 2013).

## **2 A INFLUÊNCIA DO VÍNCULO E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUA PRIVAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DO SUJEITO**

A união entre elementos que permanecem distintos fisicamente e ao mesmo tempo indissolúveis chama-se vínculo. Essa palavra, que tem origem no latim (*vinculum*), comporta o significado fundamental para o desenvolvimento psíquico do ser humano. A primeira relação vincular do indivíduo acontece com a mãe ou com alguém que a substitua. O bebê precisa que lhe sejam atendidas as necessidades afetivas e físicas, como alimentação, higiene, vinculação, reconhecimento, entre outras (ZIMERMAN, 2010).

Kon (2000) define como desamparo total o estado inicial do bebê humano. Nessa situação, ele se encontra dependente do outro para que lhe sejam garantidas as condições de sobrevivência referidas no parágrafo anterior. Essa relação com o outro será o marco que influenciará o desenvolvimento da sua subjetividade de maneira integral. Adultos saudáveis resultam da doação de um bom princípio, que é estabelecido através do vínculo entre mãe e filho. O amor entre eles dá nome ao elo que sustentará o cuidado suficientemente bom oferecido à criança (WINNICOTT, 2017). O estabelecimento de um laço consistente e contínuo é, portanto, a base para o desenvolvimento intelectual, social e afetivo da criança (BOWLBY, 1990). “O mundo do bebê corresponde à dimensão da sua relação com quem desempenha a função materna. A presença, a continuidade e a consistência do cuidado materno são decisivas para a estruturação do psiquismo da criança” (ALBORNOZ, 2016, p. 17).

O desenvolvimento do ser humano depende da relação entre os pais e o bebê, razão por que é de máxima importância a presença do pai, da mãe ou de cuidadores que os substituam. Caso contrário, o bebê não sobrevive, como afirma Zimerman (2010). A interação entre eles é baseada principalmente em três sistemas reguladores: o biológico, o social e o afetivo. Na fase inicial, o principal sistema utilizado é o biológico para o desenvolvimento físico. A forma como o indivíduo se adaptará no meio em que vive dependerá de uma organização social trabalhada através da família e dos padrões culturais atuantes (EIZIRIK et al., 2013). O pai tem papel importante na maneira como será estabelecida a comunicação na relação pai-mãe-bebê. Atualmente, a participação paterna tornou-se atuante dentro da constituição vincular entre os membros da família, revela Zimerman (2010).



Klein (1991) reforça que nessa relação necessária com os pais há uma busca por gratificação e satisfação do desejo na amamentação, fatores esses que definem a percepção infantil sobre o mundo. Nos meses iniciais de vida, com o ego ainda em construção, o bebê percebe a mãe como partes dissociadas. O objeto “seio” que o alimenta satisfatoriamente é o bom, o que frustra é o mau e conforme se dá a relação com esse “seio bom” e “seio mau”, é que a criança vai desenvolver suas futuras relações. Sendo assim, ter uma figura que exerça a maternagem de maneira adequada é fundamental para uma vinculação saudável. A oscilação entre amor e ódio deve estar presente nas relações estabelecidas entre as pessoas. Estes sentimentos estão ligados também à agressividade, que pode ser um marcador para o medo. Essa ambivalência contida nas relações é reflexo da essência dos seres humanos, inclusive está no íntimo dos bebês com toda sua capacidade destrutiva (WINNICOTT, 2005).

Bion (apud ZIMERMAN, 2010) explica a existência de três tipos de vínculos fundamentais, o do amor, o do ódio e o do conhecimento. A esses três tipos de vínculo, Zimerman (2010) acrescenta o do reconhecimento.

Em relação ao vínculo do amor, pode-se observar que, mesclado pouco ou muito ao ódio, o sentimento de amor está presente nas relações e, muitas vezes, é o que impulsiona a vida. Quanto ao ódio, o autor explica que resulta da ira manifestada pela necessidade de exterminação do objeto que frustra ou provoca dor.

A respeito do conhecimento, ocorre a necessidade de conhecer a verdade, mesmo que distorcida. O vínculo do reconhecimento foi subdividido em reconhecimento de si mesmo, reconhecimento do outro, ser reconhecido ao outro e pelos outros. Em relação ao primeiro, o autor afirma que ocorre quando o bebê começa a cindir o eu do não-eu. Se isso ocorrer de forma inadequada, pode acabar afetando o desenvolvimento da criança. Quando adulto, terá a diferenciação entre o eu e o outro deficitária, projetando no outro as relações iniciais introjetadas que habitam seu psiquismo, esclarece Zimerman (2010). O autor entende que ser reconhecido aos outros permitirá desenvolver a capacidade de pensar, aprender e simbolizar. No caso de ser reconhecido pelos outros, o significado vem do fato de ser visto, nomeado e amado. As pessoas precisam ser investidas para terem sentimento de existência, finaliza o autor.

As crianças e adolescentes que sofrem abandono/negligência e são encaminhados às instituições de acolhimento têm dificuldade de adequar-se e de estabelecer novos vínculos. Por essa razão, o AI deve ter por objetivo amenizar esse sofrimento psíquico, possibilitando uma reintegração do sujeito ao convívio familiar e social (ALBORNOZ, 2006). Os acolhidos necessitam da linguagem de amor verbalizada pelos seus genitores, se estiverem presentes, e

por toda a esfera social que os cerca. Isso é o que lhes assegura a fé em si e na humanidade, quando a confiança nessa relação triangular reforça a vida afetiva e simbólica existente entre eles. Mas há que se considerar dois aspectos: por um lado, quando as crianças são separadas da mãe, sem estarem preparadas para isso com a mediação da palavra, as mais frágeis poderão sofrer sequelas em sua constituição psíquica que não poderão ser recuperadas; por outro lado, é necessária uma certa autonomia para que as suas relações sociais se desenvolvam, de modo que, ao saírem de seus lares, não se tornem um objeto amedrontado diante de uma figura de autoridade e em meio aos outros (DOLTO, 2005).

A qualidade dos vínculos que vão sendo desenvolvidos ao longo do crescimento infantil determina o tipo de configuração vincular que será estabelecida. Se positiva, determina uma configuração de cooperação entre os envolvidos; se negativa, será de competição destrutiva (ZIMERMAN, 2010).

A criança e o adolescente, quando privados de vínculos afetivos familiares, podem apresentar um comportamento antissocial, que é manifesto em crianças e adolescentes com diversos tipos de funcionamento, sejam eles neuróticos ou psicóticos. O paciente que possui essa tendência, impõe que alguém se ocupe dele em uma tentativa de cobrir aquilo que lhe falta, através de atitudes constrangedoras diante da sociedade. O roubo ou a destrutividade são as vias através das quais a tendência antissocial se apresenta. Em suma, na situação de roubo, a criança e o adolescente buscam o que lhes faltou psiquicamente nas relações primárias. Quando aplica a destrutividade no ambiente em que se encontra, pretende impactar o outro para obter atenção para si, uma vez que não foi cuidado e reconhecido de forma adequada pelas figuras de referência (WINNICOTT, 2005).

É importante destacar que o desenvolvimento da personalidade da criança inicia em suas primeiras relações objetivas. É a ligação com a mãe que irá predizer sobre suas relações futuras, inclusive seu papel como mãe ou pai no futuro. Observando muitos dos problemas sociais que as pessoas vivenciam nos dias de hoje, como divórcio, crimes, discórdia, pode-se concluir que a ruptura brusca desse laço tão fundamental causa marcas emocionais negativas e precoces. Existe uma relação entre os problemas de vínculo a diversos outros problemas, tais como: o comportamento violento, a depressão, o alcoolismo, o suicídio, o Transtorno de Personalidade Borderline, o abuso de drogas, entre outras (ARMSTRONG, 2011).

Para Winnicott (2005), o impacto da separação de um bebê ou criança pequena de sua mãe ou da figura que exerce a maternagem por um longo período é devastador. A criança com tendência antissocial sofreu essa impactação e busca conduzir todos para que reconstruam a referência que lhe foi tirada, garante o autor. A experiência de ser retirado da família de

origem e acolhido em uma instituição causa um sofrimento intenso na criança e/ou adolescente. Essa situação pode ser psiquicamente armazenada sem uma compreensão inicial e acabar fazendo parte da personalidade do acolhido (ALBORNOZ, 2006).

É muito mais comum do que se pensa ocorrer uma cisão da personalidade. Na forma mais simples de cisão, a criança apresenta uma vitrine, ou uma metade voltada para fora, construída com base em submissão e complacência, ao passo que a parte principal do eu, contendo toda a espontaneidade, é mantida em segredo e permanentemente envolvida em relações ocultas com objetos de fantasia idealizados (WINNICOTT, 2005, p. 199).

Winnicott (2005) esclarece que apenas um reajustamento de ambiente pode não ser suficiente para que a criança se torne menos doente. A privação que a tornou enfermo no ambiente familiar não desaparece no simples movimento de retirá-la da família. Porém, a criança que pode ser beneficiada com este tipo de intervenção, somente se tornará menos doente quando for possível embravecer-se com as privações já sofridas. “O ódio ao mundo está em algum lugar, e enquanto esse ódio não for sentido não poderá haver saúde” (WINNICOTT, 2005, p. 198). O autor afirma que as consequências da privação causadas pela ruína de um lar inadequado ou pela sua inexistência quando esse ambiente não é suficientemente bom são a repressão do ódio e/ou a dificuldade em estabelecer novos vínculos e a regressão às fases em que o cuidado foi satisfatório. Nesse caso, pode também instalar-se um estado que o autor chama de “introversão patológica”, que é uma defesa psíquica da criança diante de um ambiente falho.

### **3 SITUAÇÕES QUE LEVAM AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe preliminarmente sobre os direitos da criança e do adolescente. Para efeito de aplicação desta lei, considera-se criança o indivíduo de 0 a 12 anos de idade incompletos e adolescente os que estão na faixa etária compreendida entre os 12 e 18 anos incompletos.

É dever do poder público, da família e da sociedade garantir os direitos estabelecidos no ECA (1990). É direito da criança e do adolescente que lhes seja garantida uma alimentação adequada ao seu desenvolvimento fisiológico. Além disso, os infantes devem ter acesso aos serviços de saúde para a manutenção do corpo saudável, precisam frequentar a escola para o desenvolvimento cognitivo e praticar esportes.

Essa população tem direitos constitucionais relativos à profissionalização, ao lazer, à cultura, à dignidade, à convivência familiar e comunitária e ao respeito. Caso haja violação ou

negligência desses direitos, o governo poderá aplicar medidas específicas de proteção, como o acolhimento institucional ou familiar. Isso poderá ocorrer também em função de conduta inadequada do menor, especialmente se a criança ou adolescente estiver oferecendo perigo ou prejuízos para o seu próprio desenvolvimento.

As medidas específicas de proteção abrangem, além do encaminhamento para acolhimento institucional, a inclusão em programas de auxílio, matrícula na escola, tratamento médico e também acolhimento familiar. O acolhimento institucional está entre as medidas de alta complexidade para garantia dos direitos da criança e do adolescente arrolados no ECA. Contudo, essas são providências de caráter provisório e são utilizadas apenas como via para a reinserção familiar. No caso de não haver possibilidade de reintegração da criança ou do adolescente em sua família de origem, conforme já foi destacado anteriormente, poderão ser integrados em uma família substituta (ECA, 1990). As principais causas para essa medida, de acordo com o Relatório de Acolhimento realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2013, são a negligência por parte dos pais e/ou responsáveis (mais de 80%), a dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsáveis (mais de 80%), o abandono (em torno de 77%), a violência doméstica (aproximadamente 60%), o abuso sexual praticado no âmbito familiar (em torno de 45%).

Além dos casos descritos, são também acolhidas crianças e adolescentes com especificidades diversas, como deficiências física, sensorial e mental, dependentes químicos e portadores de doenças infectocontagiosas. Nesta categoria, estão incluídas também crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ameaçados de morte, e adolescentes grávidas e/ou com filhos (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

#### **4 O PAPEL DOS EDUCADORES NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**

Conforme já foi explicado nas seções anteriores, as crianças em situação de vulnerabilidade, que não recebem da família os cuidados necessários para seu desenvolvimento saudável, podem ser encaminhadas para instituições de cuidado e atenção alternativos. A grande maioria desses menores sofreram algum tipo de violência psíquica, física ou alguma negligência em seu meio familiar. Contudo, essa separação se configura como outro trauma a ser vivido por elas (SOUZA et al., 2016). A partir desse momento, os educadores das instituições passam a substituir as figuras parentais desses sujeitos. Por essa razão, eles devem ser profissionais preparados para dar conta da necessidade de suporte emocional que as crianças e adolescentes demandam, principalmente na situação de privação familiar e de vínculo (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

O educador social é responsável pelas atividades cotidianas das crianças e adolescentes, tais como: higiene, saúde, alimentação, apoio escolar, brincadeiras que facilitem a interação entre os colaboradores e eles etc. A relação estabelecida entre educadores e acolhidos é fundamental para o desenvolvimento psíquico desses infantes, pois acabam por se tornar a sua referência de adulto. Enquanto exercem sua atividade, os educadores devem reforçar a autoestima e a segurança das crianças, propiciando vínculos estáveis e auxiliando na ressignificação dos acontecimentos negativos pelos quais passaram junto de seus familiares. Porém, quando essa relação é falha, pode contribuir para o reforço dessas experiências negativas que foram vivenciadas anteriormente, ressaltando o cuidado insuficiente e inadequado que receberam da família. Dessa forma, as crianças e os adolescentes continuarão em estado de vulnerabilidade (AVOGLIA, 2012).

Souza et al. (2016) relatam que por força da compulsão à repetição, que se trata de um conceito introduzido formalmente por Freud (1920), a tendência dos acolhidos é reencenar suas relações primárias através de atitudes violentas que sempre atingem os colaboradores. Por isso, é necessário que os educadores estejam preparados para elaborar esses ataques, evitando gerar novas situações hostis e de rejeição contra os menores já tão marcados pelas vivências anteriores.

Mas vale ressaltar que o trabalho dos educadores é prejudicado pela presença constante da dor que percebem no ambiente e pela dificuldade de eles elaborarem as questões que a miséria provoca em todas as pessoas. Isso significa que caso a população atendida seja vista pelos profissionais com desvalia, logo toda equipe se verá assim, o que pode ocasionar o adoecimento desses trabalhadores, bem como desencadear um tratamento hostil, impedindo, dessa forma, o desenvolvimento de relações saudáveis. Muitas atitudes dos educadores são ocasionadas como forma de proteção para não entrar em contato com a realidade cruel com que estão se identificando, revela Campos (2005). Isso, segundo o autor, caracteriza um processo de identificação entre a equipe e aqueles que são atendidos por ela.

O adulto tem como incumbência proporcionar “autoridade confiante”, auxiliando no controle da agressividade e permitindo que ela seja exteriorizada, em certo grau, através da fantasia. Auxiliar o indivíduo a reconhecer esses sentimentos e capacidade para a destruição, permitirá que o instintual seja escoado e então transformado em impulso para o desenvolvimento de sua personalidade (WINNICOTT, 2005).

Pelas razões apresentadas, os educadores devem contribuir para a reconstituição do ambiente familiar para as crianças em acolhimento institucional, garantindo-lhes um referencial de família. As relações afetivas bem constituídas trarão segurança para um

possível bom desenvolvimento emocional. Mas os profissionais precisam estar atentos para não desenvolverem uma relação de posse e competição com a família de origem, o que seria desfavorável para as crianças e/ou adolescentes (MORÉ; SPERANCETTA, 2010).

Um dos fatores negativos do AI para o desenvolvimento dos acolhidos é a desproporção entre o número de crianças e de educadores. Com isso, esses profissionais acabam por não elaborar a demanda psíquica da atividade, podendo, muitas vezes, estabelecer relações pautadas no autoritarismo. Devido a isso, pode ser instaurado o medo na relação entre as crianças/adolescentes e os educadores. A rotatividade dos plantonistas também corrobora para a sensação de instabilidade nas relações, pois este é outro fator negativo para o desenvolvimento subjetivo da população nessa situação (MORÉ; SPERANCETTA, 2010).

É preciso oferecer um cuidado continente e estável e, para que isso aconteça, é necessário que esses profissionais sejam capacitados permanentemente. É fundamental o profissional possua uma formação em área afim com a infância e com a juventude para exercer essa função (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Conforme o estudo de Feijó e Oliveira (2016), desde as épocas históricas, as crianças e adolescentes são negligenciados, tanto pela família, quanto pela sociedade e também pelo governo através de suas instituições. Winnicott (1983 *apud* JANUÁRIO, TAFURI, 2011) apresenta o conceito de *holding* como o amparo fundamental para a sustentação das necessidades do paciente. O aporte oferecido nas instituições de acolhimento, muitas vezes, não promove o *holding* necessário para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo das crianças e adolescentes em AI. Os vínculos afetivos seguros e o desenvolvimento de novas relações vinculares são prejudicados pela deficiência da assimilação desses três pontos, o afetivo, o social e o cognitivo (FEIJÓ; OLIVEIRA, 2016).

## **5 DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Segundo Souza et al. (2016), a maioria dos estudos que eles avaliaram em suas pesquisas evidenciam o trabalho das instituições direcionados à vinculação, às necessidades de pertencimento dos menores e à separação dos acolhidos de suas famílias. De acordo com os autores, o primeiro desafio enfrentado pelas instituições de acolhimento institucional refere-se à dificuldade de atender a essas necessidades. Essa tarefa só seria possível se o acolhimento das crianças e adolescentes perdurasse por mais tempo no mesmo local e se existisse constância dos trabalhadores, para que eles pudessem estabelecer relações vinculares mais sólidas.

Outro desafio que as instituições de AI enfrentam relaciona-se à garantia da saúde psíquica dos infantes privados do vínculo familiar, que se deve às características históricas desse serviço, como um regime de repreensão e privação. Souza et al. (2016) explicam que, em alguns estudos por eles analisados, identifica-se o prejuízo que a uniformização do atendimento e a falta da convivência familiar causavam nessas crianças e adolescentes, ocasionando a desvalia e a descrença do serviço até os dias atuais. A tendência de todos os envolvidos no processo de AI é valorizar a família de origem ou fazer um esforço coletivo para reinserção das crianças e dos adolescentes em uma família substituta a qualquer custo, o que nem sempre é favorável ao acolhido, tendo em vista que a família acolhedora pode não se adaptar às necessidades dessa criança ou adolescente que foi negligenciado. Sendo assim, é possível entender as expectativas acima da realidade de que a família adotiva vai “consertar” a falha da família de origem. Isso geralmente ocasiona a devolução dos adotados às instituições, reproduzindo toda privação e violência vivenciadas anteriormente. Essa mentalidade afeta diretamente o atendimento prestado a essas crianças e adolescentes, causando ainda mais prejuízos no psiquismo dos acolhidos (SOUZA et al., 2016).

Souza et al. (2016) relatam que, por meio da análise dos estudos desenvolvidos, foi possível constatar que a forma de se comunicar com as crianças e adolescentes é importante para o seu desenvolvimento psíquico. Uma das atitudes dos adultos que trabalham em instituições é a de se reportar aos menores de forma repreensiva para que sejam corrigidos, principalmente quando existe uma situação de “falha” ou problema em seus comportamentos.

A comunicação entre a criança ou o adolescente e os monitores também pode não ser eficiente quando os educadores usam de poucas palavras, fato que corrobora para um estado de insegurança e medo dos institucionalizados. Quanto mais clara for a forma de o educador se dirigir aos acolhidos, mais possibilidades serão ofertadas para o crescimento saudável e para a resolução da problemática em que se encontram. O problema é que a falta de recursos humanos e a conseqüente sobrecarga de trabalho prejudicam essa comunicação, porque os educadores ficam restritos a atender somente as necessidades biológicas dos acolhidos, não sobrando tempo para estabelecer vínculos mais profundos capazes de suprir as relações deficientes das crianças e adolescentes em acolhimento institucional (TARDOS; SZANTO-FEDER, 2011).

Cabe ressaltar que as crianças que chegam às instituições de acolhimento são marcadas por diversas rupturas em suas vidas, as quais muitas vezes são reforçadas pela forma como os profissionais se vinculam a essa população. Isso acontece também porque os menores passam por diversos locais e não têm suas carências atendidas, pois o sistema de

atendimento praticado com todas as deficiências já apontadas, em sua maioria, não leva em consideração essa situação, seja por falta de pessoal para realizar um atendimento adequado, seja por deficiência na capacitação dos trabalhadores ou, ainda, por não serem mantidos em um mesmo local desde o início do acolhimento (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Souza et al. (2016) destacam outra dificuldade enfrentada pelos profissionais ao cumprirem seu papel de educador nas instituições: diante das complicações que esse trabalho contém, é necessário digerir psiquicamente os excessos causados pela forma de comunicação invasiva dos abrigados. Os autores relatam o caso de um menino de sete anos que abusou de um bebê. Enquanto a cuidadora fazia a higiene dos bebês da instituição e precisou deixá-los sozinhos para pegar algum material, o menino cometeu o abuso sendo surpreendido pela educadora. A atitude dessa profissional foi de chamar a responsável pelo local que, por sua vez, não conseguiu lidar com a situação adequadamente, apenas repreendendo o menor. Foi possível observar, no texto, o despreparo de ambas as colaboradoras da instituição que não conseguiram compreender a comunicação do menino com essa atitude. Assim sendo, não puderam ser contidas e auxiliá-lo a elaborar suas questões relativas aos abusos que, provavelmente, recebia na família de origem.

Essa forma de comunicar dos acolhidos tende a ser invasiva e violenta porque é marcada pelas falhas nas relações primárias dessas crianças e adolescentes e pelas agressões físicas e psíquicas que caracterizam as vidas dessa população. As atitudes de repúdio e medo frente a cenas que tendem a surtir horror nos educadores reforçam a autoimagem das crianças e adolescentes como seres “repugnantes” e “ameaçadores”, repetindo a realidade já vivida por eles. Existe um empenho, por parte dos trabalhadores, em reprimir as próprias atitudes impulsivas de repúdio no atendimento dos acolhidos. O que se constata, no entanto, é que mantendo uma atitude defensiva em demasia para não se atrapalharem em seu papel e também como pessoas, esses colaboradores não conseguem receber e elaborar o desamparo dos infantes manifesto nas suas atitudes dentro da instituição.

Apesar de todos os problemas identificados que podem prejudicar a constituição psíquica dessa população, é importante ressaltar que o cuidado oferecido nas instituições de acolhimento também pode se revelar terapêutico, pois tem como premissa atualmente respeitar a singularidade dessa clientela, oferecendo uma estrutura que pode atender as necessidades das crianças e adolescentes. A maioria das casas-lar oferece um serviço de psicoterapia aos abrigados, que é um atendimento fundamental para a recuperação de crianças e adolescentes que não encontram em seus lugares de origem condições para uma boa saúde mental e física. Quando a instituição está comprometida em oferecer um cuidado adequado,



tanto físico, quanto psíquico, é ampliada a possibilidade de que essas crianças e adolescentes se fortaleçam para adentrar na vida adulta como cidadãos estruturados e saudáveis (ALBORNOZ, 2006).

## **CONCLUSÃO**

Conforme está descrito na introdução deste artigo, o propósito deste estudo era entender de que forma as instituições de acolhimento podem contribuir para a constituição psíquica de crianças e adolescentes privados do vínculo familiar. Para cumprir-se esta proposta, foi necessário estabelecer as seguintes metas: (a) contextualizar o acolhimento institucional no Brasil; (b) descrever as situações que resultam no acolhimento institucional, segundo as diretrizes legais do país; (c) explicar as influências do vínculo e as consequências da privação afetiva na constituição psíquica do sujeito; (d) compreender os apontamentos da literatura sobre a importância e o papel de educadores, enquanto referência para a constituição psíquica de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional; (e) e descrever os desafios que as instituições de acolhimento enfrentam para atender os acolhidos.

Para isso, foi realizado um estudo teórico e a coleta de dados foi feita por meio de uma pesquisa bibliográfica, para que esta pesquisadora pudesse desenvolver o estudo. Inicialmente, buscou-se contextualizar acolhimento institucional no Brasil, sendo este o primeiro objetivo específico, com o intuito de entender o percurso dessa modalidade de atendimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nessa etapa inicial, foi possível verificar as diversas mudanças na forma de atendimento aos acolhidos ao longo do tempo, desde as antigas Casas dos Expostos, no século XVIII, até a promulgação dos direitos das crianças e adolescentes com o advento da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. No decorrer do estudo, entendeu-se que apesar da evolução em relação ao cuidado que se deve ter com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ainda existem situações utópicas descritas no ECA representativas de grandes lacunas a serem preenchidas, a fim de que se possa contribuir positivamente para a constituição psíquica dos menores acolhidos, como está descrito no parágrafo desta conclusão que trata do terceiro objetivo específico.

A etapa seguinte da pesquisa, tinha o intuito de entender os motivos que acarretam no acolhimento institucional como medida de proteção aos direitos dessa população. A pesquisa revelou que a negligência da família de origem em relação aos cuidados necessários para um desenvolvimento saudável, o abandono, a drogadição e a violência estão entre as principais causas para aplicação de medidas protetivas como o AI.

Em relação ao terceiro objetivo específico, buscou-se explicar a influência do vínculo e as consequências da sua privação na constituição psíquica de crianças e adolescentes. De acordo com a literatura, foi possível entender a importância de um vínculo seguro e estável para minimizar as chances de desenvolvimento de transtornos mentais, a aquisição de comportamentos violentos e criminosos, o abuso de substâncias, o suicídio etc. Porém, destaca-se como uma das sequelas da falha nas relações primárias dos menores em situação de acolhimento institucional, a dificuldade de estabelecer novos vínculos, o que impede que os acolhidos tenham uma referência que lhes possa garantir um vínculo seguro e estável.

Quando a criança e o adolescente possuem uma referência de adulto positiva e um cuidado contínuo, eles cumprem as tarefas necessárias a um desenvolvimento saudável e isso resulta em uma boa constituição psíquica dos infantes. Assim, quando essa população se torna adulta, tem mais chances de poder exercer seu papel na sociedade de forma adequada. Muitas vezes, nem as famílias de origem, nem as adotivas e tampouco as instituições de acolhimento conseguem oferecer um suporte suficientemente adequado para suprir as necessidades físicas e psíquicas de crianças e adolescentes. Isso acontece porque as famílias de origem não conseguem se reorganizar, seja por falta de recursos, seja por problemas de saúde física ou mental, ou por outros fatores. No caso das famílias adotivas, como indicou o estudo, nem sempre elas estão preparadas para a recepção dos acolhidos. Isso colabora para o abandono e também para as devoluções dos menores às instituições, configurando a instabilidade do cuidado e reforçando a impossibilidade de estabelecer vínculos de referência. Sendo assim, essa população pode se desenvolver com graves faltas e marcas psíquicas negativas, que podem levar a um funcionamento psicótico ou perverso, bem como evoluir para adultos que reproduzem essas vivências no futuro.

O intuito do quarto objetivo específico foi o de esclarecer a importância e o papel de educadores e monitores como referência na constituição psíquica dos acolhidos. Dessa forma e de acordo com a literatura, constatou-se que os trabalhadores dessas instituições podem auxiliar no desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, mas, para isso, é necessário que consigam, mesmo que dentro de suas limitações, atuar como figuras de referência. Porém, o estudo revelou que os trabalhadores não estão preparados para atender os menores adequadamente, porque diante de situações de violência e sem espaço para elaborarem seus medos e preconceitos, espelham nos menores um olhar de repúdio e de agressividade que acarreta na repetição do que já foi vivido por essa população, confirmando seus traumas. Por essa razão, verificou-se que muitas vezes os trabalhadores não conseguem ser uma referência de cuidado suficiente e constante como as crianças e os adolescentes

necessitam e isso não propicia um desenvolvimento saudável. Isso acontece porque as dificuldades enfrentadas pelas instituições de acolhimento no cuidado com menores em situação de vulnerabilidade se apresentam de diversas formas, como se pôde verificar na última etapa desta pesquisa. Os estudos revelaram que um dos principais problemas enfrentados pelas instituições se refere ao número de trabalhadores em relação ao número de acolhidos. Entende-se, portanto, que é realmente difícil dar conta das necessidades biológicas e afetivas dos menores em AI por conta da sobrecarga, inclusive emocional, de toda equipe de monitores e trabalhadores que lidam diretamente com os acolhidos. Por esse motivo, é recorrente a falta de afeto e de cuidado suficientes no desenvolvimento das crianças e adolescentes nessa situação.

Também foram encontrados registros de desamparo dos próprios trabalhadores para conseguirem manejar a violência instituída nessas crianças pelas suas vivências anteriores, demonstrando a necessidade de um espaço de escuta para esses educadores. Constatou-se que o sistema em que acontece o AI impacta nas relações e, por consequência, no desenvolvimento psíquico dos acolhidos, porque eles passam por diversos locais até chegarem a uma casa-lar. Nesses locais, as equipes são modificadas, porque funcionam por regime de plantões. Nesse sentido, o estabelecimento de vínculos fica bastante prejudicado, uma vez que essa é uma premissa crucial para a constituição psíquica saudável do sujeito. Observou-se, ainda, que devido às características históricas do acolhimento institucional, perdura uma visão descrente e preconceituosa na capacidade desse serviço, o que acarreta na desmotivação dos próprios trabalhadores e da sociedade, como revela Souza et al. (2016).

Quanto ao objetivo geral e ao problema de pesquisa, que pretendiam entender de que forma o acolhimento institucional pode contribuir na constituição psíquica de crianças e adolescentes, observou-se que essa medida de proteção, de acordo com o que já foi apresentado até o momento, pode oferecer oportunidades para um desenvolvimento psíquico saudável. Porém, encontra dificuldades relacionadas à falta de recursos humanos, à deficiência no treinamento dos trabalhadores diretamente ligados ao cuidado dos acolhidos, à falta de um espaço de escuta para auxiliar os educadores e monitores a elaborarem suas questões emocionais, principalmente as que surgem com situações de violência e horror enfrentadas em uma realidade de sofrimento. Constatou-se que a sistematização do acolhimento institucional falha na forma como se desenvolve. A descrença nessa modalidade de serviço, o esforço coletivo para que os menores retornem às famílias de origem ou adotivas em quaisquer condições e as diversas devoluções dos adotados contribuem para impactar negativamente no psiquismo dessa população.

Para que as instituições de acolhimento possam contribuir de forma mais eficiente na constituição psíquica de crianças e adolescentes, o que responde ao problema de pesquisa e ao objetivo geral deste estudo, seria necessário realizar algumas mudanças significativas no sistema atual. Uma mudança necessária seria aumentar o número de profissionais nas instituições de acolhimento, para que possam exercer seu papel de forma integral, provendo o cuidado que contemple as necessidades físicas e afetivas dos acolhidos. Outra refere-se à necessidade de oferecer um treinamento adequado para os monitores, com a finalidade de ampliar a capacidade de atuarem em situações adversas, como a do caso citado no capítulo 5 sobre o comportamento da criança de sete anos que abusou do bebê, quando a monitora se ausentou por alguns minutos. Deve-se ainda rever a constante mudança de locais por onde passam os acolhidos, porque isso interfere diretamente na constância dos vínculos, uma vez que muitos dos infantes nessa situação terão, por essa razão, dificuldade para estabelecer novos vínculos devido a esse problema e às suas vivências anteriores.

Por fim, diante de tudo que foi exposto, a autora deste artigo conclui que existe uma grande necessidade de exploração desse tema, por ser atual e de fundamental importância para a Psicologia, para as autoridades e para a sociedade, uma vez que trata da forma de acolhimento de menores em situação de vulnerabilidade social e da constituição psicológica dessa população. Por essa razão e especialmente pelas limitações deste estudo, sugere-se que sejam realizadas mais pesquisas sobre o tema, como, por exemplo, estudos empíricos para avaliar a possibilidade de inclusão de um espaço de escuta para trabalhadores responsáveis pelos cuidados diretos das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento institucional.

## **REFERÊNCIAS**

ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.A

ARMSTRONG, Thomas. **Odisseia do desenvolvimento humano: navegando pelos 12 estágios da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATTOS, Pammela Marakowits de. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Mal-Estar Subjetividade**. v. 12, n. 1-2. Fortaleza, 2012.

AZEVEDO, Mauricio Maia. **O Código de Mello Mattos** e seus reflexos na legislação posterior, destacando: Responsabilidade Penal; Poder Normativo do Juiz; Família Substitutivas; Prevenção e Infrações Administrativas. Monografia de Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

BOWLBY, John. **Apego e Perda: Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal:Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União. Brasília, DF, Presidência da República.

BRASIL. **Lei n. 12.010**, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF, ago 2009.

CAMPOS, Rosana Onocko. O encontro trabalhador-usuário na atenção à saúde: uma contribuição da narrativa psicanalítica ao tema do sujeito na saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, Rio de Janeiro, 2005.

CHIAVENATO, Adalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: como incrementar talentos na empresa**, 8. ed. Barueri: Manole, 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Relatório da Infância e Juventude - Resolução n 71/2011: **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

DOLTO, Françoise. **A causa das crianças**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2005.

EIZIRIK, Cláudio L; BASSOLS, Ana S. **O Ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FEIJÓ, Luan Paris; OLIVEIRA, Débora Silva de. Privações afetivas e relações de vínculo: psicoterapia de uma criança institucionalizada. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1. São Leopoldo, 2016.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**, 1920. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANUÁRIO, Livia Milhomem; TAFURI, Maria Izabel. A relação transferencial para além da interpretação: reflexões a partir da teoria de Winnicott. **Revista Àgora**, v. 14, n. 2. Rio de Janeiro, 2011.

KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

KON, Noemi Moritz. Êxodo e desamparo. **Revista Psiche**, v. 4, n. 6. São Paulo, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Serviço de Acolhimento Institucional**. Brasília, 2017.

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, Florianópolis, 2010.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2. Belo Horizonte, 2014.

RIZZINI, Irene.; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SOUZA, Cristina Almeida et al. O lugar do educador na constituição subjetiva das crianças que vivem em instituições de acolhimento. In: GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura (Org.). **Laços e rupturas: Leituras Psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional**. São Paulo: Escuta: Instituto Tortuga, 2016.

SOUZA, Cristina Almeida et al. Provisoriidade e vínculos nas instituições-abrigo: a potencialidade dos encontros. In: GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura (Org.). **Laços e rupturas: Leituras Psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional**. São Paulo: Escuta: Instituto Tortuga, 2016.

TARDOS, Ana.; SZANTO-FEDER, Agnès. O que é autonomia na primeira infância? In: FALK, Judit (Org.). **Educar os três primeiros anos e a experiência de Lóczy**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

ZIMERMAN, David Epelbaum. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento e reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e Delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.